



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — Nº 117

DISTRITO FEDERAL

SABADO, 13 DE SETEMBRO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 7 de outubro próximo, às 14 horas, no edifício da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.450, de 1957, na Câmara dos Deputados, e, n.º 20, de 1958, no Senado Federal) que abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para socorrer vítimas de explosão em Gramacho, Município de Duque de Caxias, Estado

de Rio de Janeiro, e de incêndio em Guaratinguetá, Estado de São Paulo bem como reparar prejuízos resultantes do desabamento do Edifício São Luiz Rei, na Capital Federal

Senado Federal, em 11 de setembro de 1958.

Senador Cunha Melo

Primeiro Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles

1.º Secretário — Senador Cunha Melo

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti

3.º Secretário — Senador Victorino Freire

4.º Secretário — Senador Domingos Velasco

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Múler.

Vice-Líderes:

Gaspar Velloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Maranhão.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Múler

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saúdo Ramos

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas

Vice-Líder: Rui Palmeiras

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Noyals Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Melo

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire

Domingos Velasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente

(1)

Gilberto Maranhão.

Benedito Valadares.

Gaspar Velloso.

Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente

pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente

pelo Senador Lameira Bittencourt

Secretário — Odenegus Gonçalves

Leite

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30

horas

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1)

Fernandes Lavoura — Vice-Pres.

Leite

Alô Guimarães (2)

Mendonça Clark.

Lima Teixeira (3).

Alencastro Guimarães

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães (4).

Linet Prestes

(1) Lameira Bittencourt.

(2) Gilberto Maranhão.

(3) Lima Guimarães.

(4) Mario Motta

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Terças-feiras, às 15

horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Gilberto Maranhão.

Mem de Sá

Saúdo Ramos

Ezequias da Rocha (1).

Reginaldo Fernandes

(1) Substituído temporariamente

pelo Sr. Atílio Vivacqua

Secretário: Dirá Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30

horas

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna

Lima Guimarães.

Onofre Gomes (1).

Paulo Fernandes

Daniel Krieger (2).

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Paulo Cebral

Juracy Magalhães.

Julio Leite

Onofre Mader

Lino de Mattos.

Noyals Filho

Adra Moura Andrade.

Sublentes

Gaspar Velloso

Otacílio Jurema.

Mourão Vieira

Atílio Vivacqua

Linnet Prestes.

Mem de Sá

(1) Substituído temporariamente

pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente

pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida

Ohermont.

Reuniões — Sexta-feiras, às 10,30

horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Pre-

sidente (1).

2 — Sebastião Archer — Vice-Pre-

sidente

3 — Públio de Mello.

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos (2).

(1) Substituído, internamente,

pelo Senador Ribeiro Casado

(2) Substituído, internamente,

pelo Senador Francisco Gallotti

(3) Substituído, internamente,

pelo Senador Mourão Vieira

Secretária — Cecília de Rezende

Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15

horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Gilberto Maranhão.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes (4).

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira (3).

Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente

pelo Sr. Atílio Vivacqua.

EXPEDIENTE.**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00**Exterior**

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS**Capital e Interior**Semestre Cr\$ 33,00
Ano Cr\$ 76,00**Exterior**

Ano Cr\$ 108,00

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

**Atas das Comissões
Comissão de Redação****23.ª REUNIAO, EM 12 DE SETEMBRO DE 1958**

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas e vinte minutos, do dia doze de setembro, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Público de Mello, Presidente da Comissão, achando-se presentes os Srs. Senhores Mourão Vieira e Ribeiro Casado.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senhores Francisco Gallotti e Rui Palmeira. É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Mourão Vieira oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1958, que autoriza o Senador Cunha Mello a participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas a realizar-se, este ano, em Nova York.

As quatorze horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Do Estudo do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal, em Brasília.**2.ª REUNIAO, EM 27 DE AGOSTO DE 1958**

As 17 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Cunha Mello, reúne-se a Comissão de Estudos do Projeto destinado ao Senado Federal, em Brasília. Pre-

sentes os Senhores Francisco Gallotti, Mourão Vieira, Gilberto Marinho e Jorge Maynard. Deixa de comparecer com causa justificada o Senador Coimbra Bueno. Presente o Dr. Isaac Brown, Consultor Técnico. Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente declara que a reunião fora convocada a fim de ser ouvido o Senhor Israel Pinheiro, Presidente da Novacap, convidado a prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre os planos elaborados para a instalação do Congresso Nacional em Brasília.

A seguir o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Israel Pinheiro, que faz longa exposição sobre o projeto elaborado para o Congresso Nacional na Nova Capital da República, especialmente na parte destinada ao Senado Federal, bem como sobre o andamento das obras e sobre outros assuntos relacionados com a futura sede do Governo. Durante a sua exposição o Presidente da Novacap seguidamente responde a perguntas formuladas pelos membros da Comissão.

É o seguinte o registro, condensado, das declarações por Sua Senhoria prestadas, conforme as notas colhidas pelo serviço Taquigráfico. O presente não pode trazer as plantas referentes ao edifício do Congresso em construção em Brasília, porque o Departamento de Arquitetura da Novacap ainda não as forneceu. Poderá, entretanto, prestar alguns esclarecimentos de ordem geral.

EDIFÍCIO DO CONGRESSO

O Senado e Câmara funcionarão em um mesmo prédio, em instalações completamente independentes, com uma área total de 30.000 m².

O acesso do público às galerias será independente das vias de acesso das Congressistas. Os membros do Senado e Câmara serão comunicados.

Haverá serviços comuns e ambas as Casas do Congresso, como biblioteca, restaurante, serviço médico e garagem.

Ligados por uma galeria de cem metros de comprimento ao prédio principal existirão dois outros de 28 andares, os mais altos da Capital, para significar que o Congresso domina a vida do País.

Secundando em altura os edifícios bancários com 20 pavimentos.

Até o 12.º pavimento aqueles edifícios serão ocupados por serviços administrativos e desse acima por escritórios individuais para os Congressistas.

Nestes também funcionarão as Comissões da Câmara dos Deputados que julgou inconveniente a sua instalação no mesmo edifício do plenário. Essas modificações não implicarão em alteração estrutural. No caso dos Ministérios, por exemplo, não há paredes fixas. Materiais modernos possibilitam separações móveis, sem prejuízo do isolamento acústico.

ACOMODAÇÕES PARA CONGRESSISTAS E FUNCIONÁRIOS DO CONGRESSO

O Governo tomou todas as providências para que em 21 de abril de 1960 todos os Deputados e Senadores e aproximadamente 7.000 funcionários tenham acomodações em Brasília.

A mudança não será simbólica, mas real porque já estão prontos o palácio residencial, o palácio presidencial, o Supremo Tribunal Federal. O Edifício do Congresso que é o maior e de mais difícil construção ficará pronto em dezembro de 1959, isto é, três meses antes da mudança. Também estarão concluídos os onze ministérios, os serviços de água, esgoto, luz, telefone urbano e interurbano.

Pelos contratos assinados com grandes companhias construtoras, como a Companhia Construtora Nacional, com pesadas multas de 30 a 50 mil cruzeiros por dia de atraso na entrega dos edifícios, as estruturas de concreto armado deverão estar terminadas no prazo de um ano. O enchimento será em um ano e pouco. Em dezembro de 1959 o Congresso Nacional estará completamente concluído.

Quanto aos edifícios de 28 andares, as estruturas são metálicas e já estão em Brasília. A montagem será iniciada dentro de dois meses e meio e dentro de dois meses e meio estará concluída.

O DASP tem elaborado um plano de mudança progressiva de funcionários: primeiro a cúpula dos Ministérios e depois, em certa proporção, os restantes serviços até que em 1960, teremos transferido 3.500 funcionários, além dos do Congresso, que serão transferidos de uma vez.

Os apartamentos para os parlamentares e funcionários do Congresso estão sendo construídos pelo IPASE. Não há ainda base fixa de aluguel, mas, posso adiantar que as casas populares de custo aproximado de trezentos mil cruzeiros estão sendo alugadas a mil e setecentos cruzeiros mensais. Convém esclarecer que as casas populares são tão boas que Oscar Niemeyer e sua família alugam uma delas.

A Caixa Econômica também se comprometeu a financiar a construção das casas para parlamentares e funcionários do Congresso que desejarem construir por sua própria conta, o que será de grande vantagem para a NOVACAP.

Os Institutos de Previdência e Assistência, entretanto, estão construindo apenas apartamentos para alugar.

O arquiteto Lúcio Costa imaginou inicialmente evitar a diferenciação de classes em Brasília. Não haveria, por exemplo: Meyer — bairro pobre; Copacabana — bairro rico.

Isse é aliás, o problema mais difícil de Brasília.

- (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.
(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.
(4) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.
Secretário: J. B. Castelo Branco.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alo Guimaraes — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Ezequias da Rocha.
Vivaldo Lima
Secretaria: Diva Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
(1) Lameira Bittencourt.
Primo Beck (2).
Lino de Mattos.
Waldemar Santos.
Sylvio Curvo.
João Arruda.
Arlindo Rodrigues.
(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro Casado.
(2) Substituído pelo Sr. Moreira Filho.
Reunião — Quartas-feiras, às 16 horas.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caetano de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Moreira Filho.
Alencastro Guimarães.
Sylvio Curvo (1).
Jorge Maynard.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.
Secretaria: Romilda Duarte.
Reuniões — Quartas-feiras, às 17h horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ari Vanna.
Abelardo Jurema.
Caetano de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretaria: Ruy Rodrigues Alves.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comunicações e Obras Públicas**Comissão de Transportes,**

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Coimbra Bueno.
Secretaria: Maria Cherubina Costa.
Novais Filho (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais**Comissão de Revisão do Código de Processo Civil**

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quartas-feiras.

Pretendia Lúcio Costa que os pobres, remediados e burgueses morassem em apartamentos, variando apenas o tipo, de acordo com as posses de cada um. Para os ricos e muito ricos separou uma zona que seria a das Mansões, com grandes casas.

Objetar, entretanto, que no Brasil acontece justamente o contrário: os ricos preferem morar em apartamentos e os pobres em casas.

Decidiu-se introduzir uma modificação com grande loteamento à beira do lago, para a construção de residências sem alterar a concepção geral da cidade.

O sistema de apartamentos em Brasília é completamente diferente: há quatro quadras com blocos de apartamentos no centro. Esses apartamentos não têm frente nem fundos, porque ficam isolados no parque, o que lhes dará um aspecto magnífico.

Essas quadras com uma população de 15.000 habitantes são auto-suficientes, com escola primária, ginásio, supermercados, comércio, igreja e cinema.

CUSTO DA VIDA EM BRASÍLIA

A vida em Brasília será muito mais barata do que no Rio de Janeiro, no que se refere à alimentação, porque o futuro Distrito Federal está situado em zona ideal para a fruticultura. Fosse dizer mesmo que Brasília será uma espécie de Califórnia. Aliás, a produção de frutas não é uma questão de solo; é mais de clima — chuva e temperatura.

Do ponto-de-vista de alimentação, portanto, a vida será mais barata; o que depender de transporte será mais caro.

Já existem 50 famílias de japoneses que foram espontaneamente para a região. O abastecimento de verduras já é suficiente para a população local de 45.000 habitantes.

A zona de abastecimento de cereais de Mato Grosso e Goiás, começa em Anápolis que dista apenas 130 km de Brasília. Já está concluída a estrada asfaltada Anápolis-Brasília, cujo percurso é feito em aproximadamente duas horas e meia por caminhão e hora e meia por automóvel. Esta é aliás, a mesma zona abastecedora do Rio e São Paulo.

Quanto ao gado, a zona é pastoril.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Os mananciais da região são capazes de abastecer uma cidade de quatro milhões de habitantes.

CUSTO DA CONSTRUÇÃO

Os Institutos fizeram concorrência para construção em Brasília e os preços variavam de sete a oito mil e quinhentos cruzeiros por metro quadrado.

Aqui não se pode mais construir por esse preço. Embora o cimento seja mais caro — ainda não está sendo produzido no local, apesar da abundância de calcário — e o ferro bem mais caro, a mão de obra é mais barata.

O sistema de abastecimento de gás mais econômico para a região é o de pequenas centrais para fornecimento aos núcleos de vizinhança. Foi o adotado porque tanto o ultragás quanto uma central única são muito dispendiosos.

VENDA DE TERRENOS

A NOVACAP é empreendimento absolutamente auto-financeável. É mesmo uma das melhores operações financeiras do Governo Federal. Há, entretanto, muitos terrenos doados a Igrejas e outros vendidos pela metade do preço a estabelecimentos de ensino que poderão pagar através de bolsas de estudo. Tivemos pois que promover uma venda de terrenos que compensasse este critério de doações e abatimentos. Se os terrenos fossem vendidos por preço muito baixo, grandes companhias poderiam adquiri-los para especulação. Evitamos a venda aberta sendo as transações feitas dire-

tamente pela Companhia através dos seus escritórios no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Anápolis. Posteriormente abriremos outros em Curitiba, Florianópolis e demais capitais.

Os nossos corretores são apenas na designação, pois, na realidade funcionam como simples agenciadores, sem poderes para assinar promessas de compra-e-venda.

Para evitar especulações a Companhia decidiu com relação aos funcionários públicos fixar uma entrada mesmo pequena, de 5% do valor do terreno sendo o restante pago em 60 prestações, de acordo com a Lei.

EDUCAÇÃO

O ensino secundário, em Brasília, já está todo planejado. O Ministério da Educação vai iniciar imediatamente a construção de escolas em cada quadra. Atualmente já existem quatro escolas.

Trinta e duas congregações religiosas de qualquer crença já estão registradas para a construção de ginásios, além dos ginásios-padrão do Governo Federal, em número de quatro.

Provisoriamente temos dois em funcionamento, um sob a orientação dos Salesianos e o outro de uma sociedade particular.

Quanto ao ensino superior, ainda não está bem decidido. A opinião geral é de que não se deve transformar Brasília uma Capital sob o ponto-de-vista geral. Não podemos arcar tudo do Rio de Janeiro. Lá deverá existir apenas uma pequena Universidade, de cúpula. A Universidade do Brasil continuará no Rio de Janeiro.

Ainda alguns dados interessantes sobre Brasília:

- a) não há cruzamento de ruas;
- b) o trânsito de pedestres é feito em passagens inferiores;
- c) há separação de pistas para caminhões e automóveis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estes esclarecimentos já eram do conhecimento de todos. A razão principal de minha vinda à Comissão era apresentar as planilhas do edifício do Congresso, o que não foi possível. Independentemente deste exame em reunião próxima, sugeria uma viagem dos membros da Comissão à Brasília para uma apreciação detalhada in loco, e a indicação de um engenheiro para servir de elemento de ligação entre o Senado e os técnicos da NOVACAP.

Finalizando o Sr. Presidente em nome da Comissão agradece a presença do Sr. Israel Pinheiro e de acordo com os demais componentes da Comissão e fica para o dia 9 de setembro vindouro, terça-feira a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião lavrando eu, Alva Lirio Rodrigues, a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 111.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1958.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E PRISCO DOS SANTOS
As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Lameira Bittencourt. — Públio de Mello. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fernandes Távora. — Getúlio Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Abelardo Jurema. — Ribeiro Casado. — Lourival Fontes. — Neres da Rocha. — Lima Teixeira. — Atílio Viracapa. — Moreira Filho. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lino de Mattos. — Paulo Abreu. — Domingos Vellasco. — Frederico

Nunes. — Pedro Ludovico. — Mario Motta. — João Villasbôas. — Gaspar Velloso. — Alô Guimarães. — Primio Beck.

A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número legal está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Frederico Nunes, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Apellan, servindo de 1.º Secretário, dá conta do seguinte

Expediente

OFÍCIO

Em 11 de setembro de 1958.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado, que me ausentarei por duas semanas dos trabalhos da casa, a fim de tomar parte, como representante do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, na reunião do Conselho Executivo da mesma União, a realizar-se próximo em Bruxelas.

Atenciosas saudações — Gilberto Marinho.

OFÍCIO

Do Sr. Prefeito do Distrito Federal n.º 1.719, acusando e agradecendo ofício n.º 467, desta Casa do Congresso.

AVISO

Do Sr. Ministro da Fazenda, nos seguintes termos:

Aviso, n.º 375 — 9-9-58.

Senhor 1.º Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 330, de 16 de junho último, que encaminhou a este Ministério o teor do Requerimento n.º 240, de 1958, em que o Senhor Senador Lino de Mattos solicita informações relativas à extração, produção e comércio do ouro, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª cópia dos esclarecimentos prestados pela Superintendência da Moeda e do Crédito e pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Lucas Lopes.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1958

DICA M-1.193-58

Senhor Diretor Executivo:

Nos termos do despacho do Senhor Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, encaminhamos a Vossa Excelência, com as informações de que pudemos dispor, o anexo processo SC-156.109-58, sobre o requerimento n.º 240-58, apresentado ao Senado Federal pelo Sr. Senador Lino de Mattos:

Item b)	(Milhares de Cr\$)
1949	9.675
1950	13.115
1951	17.510
1952	17.606
1953	15.346
1954	15.417
1955	13.623
1956	17.393
1957	7.115
1958 (Jan. maio) ..	10.201
Total	137.066

Item f) — O ouro adquirido às minas nacionais, nos últimos dez anos, foi uma decorrência da Instrução número 27, de 4-12-48, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que tornou obrigatória a venda de 20% da produção ao Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil, ao preço do mercado oficial, baseado na paridade do cruzado. Em troca dessa obrigatoriedade têm as minas o direito de vender livremente os restantes 80% pela lei da oferta e da procura, além da facilidade de receber em câmbio sobre Londres e equivalente nos 20% entregues ao Banco do Brasil. Esta é a norma geral.

No caso particular da St. John Rey Mining — a principal empresa do gênero — o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 7 de fevereiro do corrente, aprovando relatório da Comissão criada pela Portaria n.º 516, de 2-12-57, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, determinou novo sistema para pagamento da cota de entrega compulsória que foi elevada para 1/3 da produção. Desse modo, mediante operação de compra e venda de câmbio e sem alteração do preço oficial da grama de ouro, aquela Companhia obtém a cobertura do déficit direto da produção por um prazo, inicialmente fixado em 30.6-58, e prorrogável até 31-12-58.

Item h)	Milhares de Cr\$
em 31-5-58	
KG	
No país	57.640,5 1.167.811
Nos EE. UU	230.707,0 5.376.227
Item i)	181.816,0 3.784.974
Juros 2 3/4% a.a.	

Pedimos a fineza de restituir esse processo diretamente ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro.

Valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Ex.ª os nossos protestos de consideração e apreço.

Banco do Brasil S.A. — Carteira de Câmbio — Ivan de Oliveira, pelo Diretor.

Rio de Janeiro, em 6

de agosto de 1958

P. DEPEC-DIMON-23/58

Do: — Chefe da Divisão de Estudos Monetários e Financeiros
Ao: — Chefe do Departamento Econômico.
Senhor Chefe.

Cumprindo recomendação de Vossa Senhoria, no incluso processo (BND 840-58) passamos a responder às perguntas a, c, d, e, g, f, k e l, do requerimento n.º 240-58 formulado pelo Senador Lino de Mattos. As questões b, f, h e i já foram respondidas pela Carteira de Câmbio, conforme seu anexo ofício DICAM — 1.193-58, de 8-7-1958.

a) Desde 1948 que a produção nacional tem mantido uma média anual de pouco menos de 4 toneladas ou 300 quilos mensais aproximadamente, segundo os dados do Anuário de 1957 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Segundo o Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura apenas seis minas registradas naquele setor apresentaram relatório de atividades em 1957:

São João del Rey — Minas Gerais
Dragagem Ouro Limitada — Minas Gerais
Minação Ouro Jacobina Limitada — Bahia

Sociedade Mineração Machado — Minas Gerais

Mineração Brasil Canadá — Para Servulo Pereira de Araújo — Rio Grande do Norte.

Sómente a de São João del Rey, entretanto, tem representado cerca de 95 % de toda a produção nacional. E, das outras cinco mencionadas, a Dragagem e a Jacobina são as de maior expressão.

d) e e) Prejudicadas pela resposta ao item a). O nível de produção tem sido praticamente constante, com variações em torno da citada média de toneladas anuais.

g) Ao preço fixo internacional de US\$ 35 por onça fina, ou US\$ 1.125 por grama, a produção brasileira média de 4 toneladas representa 1,5 milhões de dólares, cifra que coloca o Brasil em posição muito pouco expressiva em relação ao global da produção mundial, 980 milhões de dólares em 1956. Fonte: — DGE e ONU — Monthly Bulletin of Statistics.

Não constam exportações de ouro das estatísticas oficiais. Foram as seguintes as importações nos últimos 5 anos, comparadas com a importação global de mercadorias e serviços:

IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)

OURO	TOTAL (CIF)
1953 — 0,2	1.319,3
1954 — 3,1	1.633,3
1955 — 0,9	1.305,6
1956 — —	1.233,3
1957 — —	1.463,6

f) Entendemos por recuperação, no caso, a maior produção obtida com técnicas mais modernas. É assunto

que não compete à SUMOC e sim, exclusivamente, aos interessados, no seu aspecto técnico e econômico.

k) A conveniência da regulamentação do comércio do ouro será objeto de pronunciamento da SUMOC em função das conclusões a que chegar um grupo de trabalho em vias de criação, neste órgão.

l) o preço fixado pelo Banco do Brasil para a grama de ouro, na base de 1.000/1.000 é de Cr\$ 20.8198 e decorre da declaração de paridade do cruzado no Fundo Monetário Internacional de 01/12/56 por dólar americano. Sabe-se que existe um mercado paralelo em que o preço da grama do produto oscila com a cotação do cruzado no mercado, da taxa livre.

Par. Paulo Leite Ribeiro.

Saudações — Departamento Econômico — Divisão de Estudos Monetários e Financeiros. — Eduardo da Silveira Gomes Júnior. — Pág. II.

Pereira Lima.

— Ao Requerente.

Parecer n. 324, de 1958

Redação final do Projeto de Resolução n. 17, de 1958.

Relator: Sr. Mourão Vieira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Resolução n. 17, de 1958, de iniciativa do Senado Federal.

Sala das Comissões em 12 de setembro de 1958. — Páblo de Mello, Presidente eventual. — Mourão Vieira, Relator. — Ribeiro Casado.

ANEXO AO PARECER N.º 324, DE 1958

Redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958, que autoriza o Senador Cunha Mello a ausentar-se do país

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º — 1958

Artigo único — É autorizado o Senador Cunha Mello a participar da

Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas, a realizar-se, proximoamente, em Nova York.

O Sr. Cunha Mello deixa a cadeira de presidente, assinando o Sr. Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Prímio Beck primeiro orador inscrito.

S. Ex. não está presente. Tem a palavra o nobre Senador João Villasboas, inscrito em segunda lugar.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Não há outro orador inscrito (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Páblo de Mello.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 366, de 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958.

Sala das Sessões em 12 de setembro de 1958. — Páblo de Mello.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o solicitado pelo Plenário, submeto a discussão a redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958. Consta do Parecer, há pouco lido, sob n.º 324.

Não havendo quem fale no da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, agram conservat-se sentados (Pausa.)

Aprovada

Vai à promulgação.

A Ordem do Dia consta de Trabalho das Comissões.

Vou encerrar a sessão, designando para a próxima, segunda-feira, a seguinte

ORDEN DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

Levantar-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, por Jospichos de 10 do corrente, concedeu alvará-família aos seguintes funcionários:

— Jayme Corrêa de Sá, Auxiliante de Portaria, classe K, a partir do corrente mês, em relação a seu filho Jayme Corrêa de Sá Filho (Requerimento n.º 122-58).

— Joaquim dos Santos, Ajudante de Porteiro, classe M, a partir de agosto p. passado, em relação a sua filha Lidia Glória dos Santos (Requerimento n.º 125-58).

— Aroldo Moreira, Oficial Legislativo, PL-6, a partir de abril de 1957, em relação a seu filho Elido Westphal Moreira (Requerimento número 126-58).

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — Nino Borges Seal, Diretora do Pessoal.

PORTARIA 37 DE 12 DE SETEMBRO DE 1958

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe J, José Geraldo da Cunha, da Diretoria do Arquivo para a das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor-Geral.

PORTARIA 38, DE 12 DE SETEMBRO DE 1958

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe A, Eula da Cunha Brás, do Serviço de Cooperação para a Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor-Geral.